

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX/DF**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI n.º XXXXXXXX - SSP/DF, e CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no XXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, vem sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX**, propor:

AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS COM TUTELA ANTECIAPDA

Do menor **Fulano de tal**, menor impúbere, nascido aos XX/XX/XX, em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, demais dados desconhecidos, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX/DF, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

DOS FATOS:

O requerente é pai do menor, conforme certidão de nascimento em anexo. Todavia, desde o nascimento da criança tem dificuldade de exercer regularmente seu direito de visitas, por obstáculos injustamente impostos pela genitora, ora requerida.

Com efeito, as visitas do requerente ao menor são autorizadas esporadicamente, por curto espaço de tempo, por critérios não esclarecidos pela genitora e sempre na presença desta.

Assim, desesperado para entrar em contato com o filho, em meados de novembro, o autor procurou a creche Casa de Fulano de tal, localizada na XXXXXXXXXX, onde o menor Fulano de tal estuda. Todavia, não pode conversar com o filho, ao argumento de que a escola não tem autorização da genitora para permitir visitas ao aluno durante o período escolar.

Calha asseverar que o requerente tem uma filha com outra pessoa, todavia o menor Fulano de tal nunca teve oportunidade de conhecer e manter contato com sua irmã (somente por parte de pai), vez que a genitora injustificadamente não permite que o menor fique sozinho com o genitor, ora requerente.

Assim, importante regulamentar as visitas do requerente em favor do filho, antecipando-se, inclusive, os efeitos da tutela, para que o autor possa usufruir de contato com seu filho, já que há elementos suficientes para a concessão.

Desta forma, deseja regulamentar o seu direito de visitas da seguinte forma:

Ficará assegurado ao autor o direito de visitas em finais de semana alternados, pegando o menor às XXhXX de sexta na creche XXXXXX onde Fulano de tal estuda e devolvendo-o às XhXX de segunda no mesmo lugar. O pai poderá também desfrutar da companhia do filho em feriados alternados, sendo que o primeiro feriado após a homologação da sentença o menor ficará em companhia do pai. O menor passará o natal (dia XX/XX e XX/XX) com a mãe e o ano novo (dia XX/XX e XX/XX) com o pai. No dia das mães o menor ficará com a genitora e no dia

dos pais com o genitor. No dia do aniversário do menor, este passará em companhia do pai nos anos pares e em companhia da mãe nos anos ímpares. No feriado do dia das crianças o menor passará em companhia do pai nos anos pares e em companhia da mãe nos anos ímpares. Por fim, o genitor poderá desfrutar da companhia do filho, na 1ª quinzena das férias escolares de meio e fim de ano sendo o restante das férias em companhia da mãe.

DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer:

1. a concessão dos benefícios da Justiça gratuita, em face da hipossuficiência econômica, conforme declaração anexa;
- 2.a intimação do Ministério Público para acompanhar o feito;
- 3.a Antecipação dos Efeitos da Tutela para conceder ao autor o direito de visitar o filho, nos termos acima propostos;
- 4.a citação da requerida para, em querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- 5.a procedência do pedido, confirmando-se a tutela antecipada eventualmente conferida, para o fim de se regulamentar as visitas da forma proposta;
6. A condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR – PROJUR (artigo 1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007), a serem recolhidas junto ao Banco XXX, através de DAR (documento de arrecadação) com o código XX – Honorários Advocatícios.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admissível, em especial pela oitiva das testemunhas arroladas abaixo.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX

FULANO DE TAL

Defensor Público

Rol de testemunhas:

1. FULANO DE TAL

Endereço: XXXXXXXXXXXXXX/DF

Telefone: XXXXXXXXXX

2. FULANNO DE TAL

Endereço: XXXXXXXXXXXXXX/ DF

Telefone: XXXXXXXXXX

